

Meus romances



» JOSÉ SARNEY
ex-presidente da República,
escritor e imortal da
Academia Brasileira de Letras

Não é de bom-tom tratar de assuntos pessoais em nossas colunas de jornal. Mas não resisto à tentação de abordar o relançamento de três romances meus em São Paulo hoje, 23 de outubro, quando escrevo esta coluna, editados pela Ciranda Cultural, com o selo Principis. Eles, os editores, tiveram um carinho especial com esta publicação, a começar pelas belas capas temáticas criadas para O dono do mar, Saraminda e A duquesa vale uma missa.

É que neste relançamento o objetivo é atingir um público que ainda não conhece este meu outro lado, a minha atividade literária. A minha vida sempre teve duas vertentes, a da política e a da literatura, sem que uma invadisse o campo da outra. Embora minha presença na vida nacional tenha sido marcada pela política, não passou um só dia que eu não tivesse um convite de noivado para a literatura. Foi assim que eu consegui, pela graça do destino e de Deus, na política, chegar a Presidente da República e, na literatura, a membro da Academia Brasileira de Letras, para a qual fui eleito em 1980, sendo hoje o decano daquela Casa, onde entrei nos braços de meus livros de poesia e de contos: Canção

Inicial (1954), Maribondos de fogo (1978) e o de contos, Norte das águas, publicado em 1969. Depois veio o Saudades mortas.

Na poesia, fui considerado como um poeta que atingiu o "domínio completo da melodia poética", e o português João Gaspar Simões — o crítico que apresentou Fernando Pessoa em 1927 — observou no meu Maribondos de fogos a poética genuinamente brasileira, um eu lírico "que os poetas brasileiros, agora, mais do que nunca, estão, finalmente, a fazer seu e bem seu."

Sobre o meu livro de contos, Norte das águas, alegrei-me as palavras de Léo Gilson, ao dizer que mostrei "um pedaço mais ameno e mais doce do Nordeste que é o Maranhão."

O romance O dono do mar já foi traduzido em 12 línguas, sendo recebido, pela crítica nacional e estrangeira, com grande generosidade. É de Heitor Cony, Jorge Amado, Rachel de Queiroz, Domicílio Proença, Léo Gilson Ribeiro, grandes escritores e críticos de literatura de nosso país e de notáveis escritores internacionais, como Alain Peyrefitte, autor do best-seller consagrado Quando a China se levantar, o mundo tremerá; Maurice Druon, autor de dois livros marcantes O Menino do dedo verde e Os reis malditos, que disse ser O dono do mar "uma saga sem precedentes na literatura latino-americana"; e Levy Strauss, o grande antropólogo e maior intelectual da Europa do século XX, que disse tratar-se de "obra monumental". Este livro entrou na Coleção da Gallimard de literatura folio, a maior da Europa, com 2.800 títulos. Dos brasileiros, nela figuram Machado de Assis, Jorge Amado e Guimarães Rosa.

Quando, em 2018, foi editada a minha bibliografia geral e fortuna crítica, foram arrolados 120 títulos. Fiquei surpreso. Nem eu avaliava tantas publicações, com 168 edições, porque muitas das publicações tiveram muitas edições.

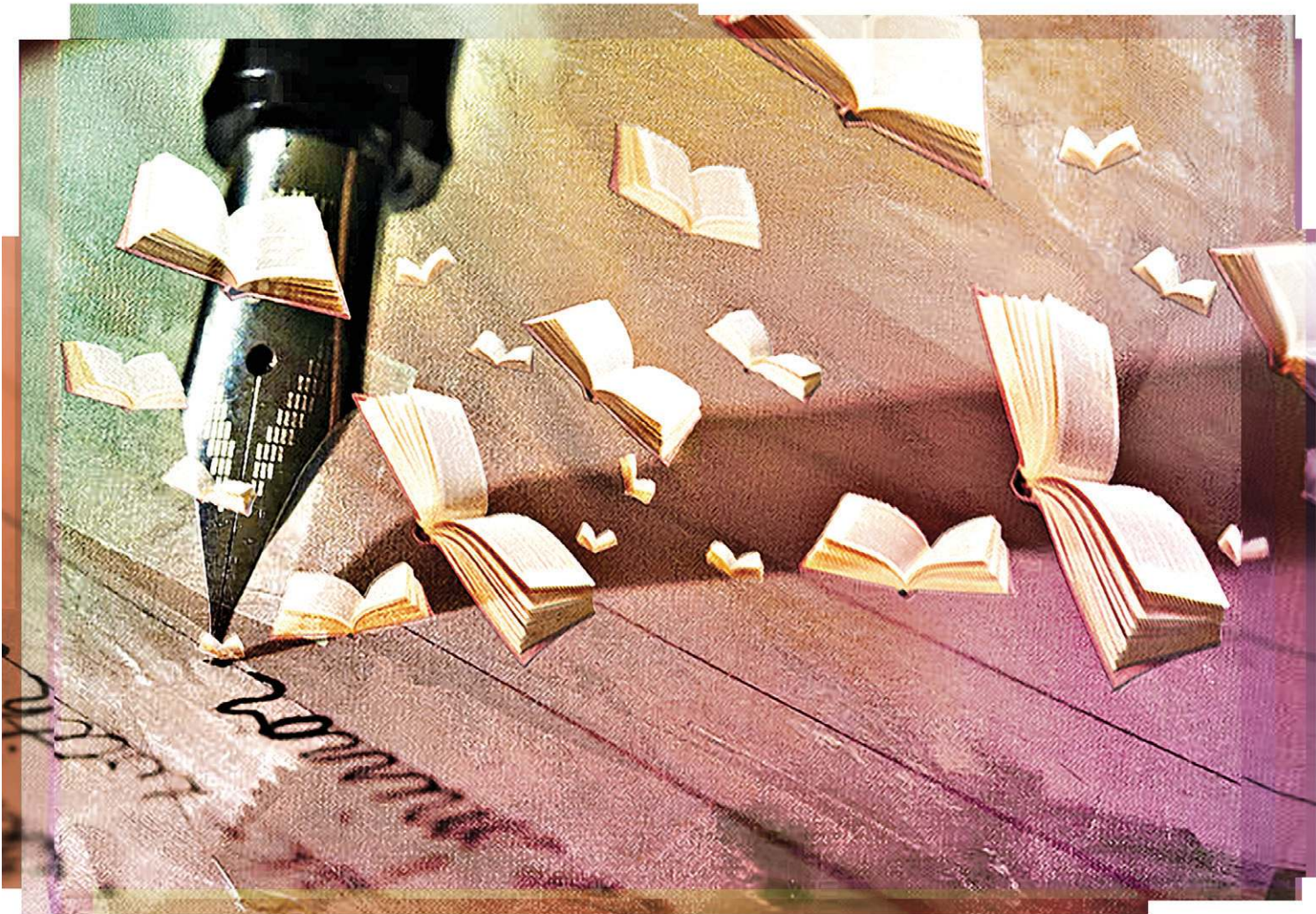
Devo confessar que esta vocação de escritor muito me envia, porque, como teria dito Napoleão Bonaparte, a política é um destino, ele ocorre circunstancialmente na vida, diferentemente da literatura, que é uma vocação, nasce das qualidades que nos governarão o viver. Não ocorre: nasce. E aguarda uma atitude nossa em resposta a esse chamamento.

Assim, hoje, estaremos na livraria do Shopping Iguatemi autografando livros, revendo amigos e surpreendendo jovens: o velho Sarney feliz, como se estivesse iniciando seus livros, romances de histórias que inventou de pescadores, de garimpeiros e de apaixonados por mulheres retratadas na história dos reinados de França, como no A duquesa vale uma missa.

Com O dono do mar acredito ter realizado uma obra de começo, meio e fim — assim foi apontado pela crítica de muitos países em que foi editado. Já em Saraminda, construí um personagem que domina e fica. Heitor Cony disse que na literatura brasileira tínhamos agora três mulheres: Capitu, Iracema e Saraminda. É exagero, mas dá vaidade.

Em Brasília, também relançaremos esses romances, no dia 11 de novembro, no Salão Negro do Senado Federal. Em seguida, será a vez de São Luís, no dia 5 de dezembro.

E aqui fico, encabulado pelo artigo pessoal, mas feliz — com a sua licença, caro leitor.



O PIX, o DREX e o futuro do dinheiro: o que as críticas de Trump acertam e o que o Brasil precisa discutir



» VINÍCIUS DO CARMO
Economista pela Universidade
de São Paulo (USP),
mestre em planejamento e
demografia, gestor público e
especialista em impostos

O debate sobre o PIX ganhou proporções internacionais após o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, e o United States Trade Representative (USTR) incluírem o sistema brasileiro entre as supostas "práticas comerciais injustas" que favoreceriam um modelo estatal em detrimento de empresas privadas estrangeiras. A acusação, ainda que marcada por interesses políticos, levanta uma questão legítima: até que ponto o Banco Central do Brasil atua como regulador neutro — e até que ponto passou a ser também um agente ativo no mercado de pagamentos?

Em 22 de julho de 2025, o prêmio Nobel de Economia Paul Krugman publicou o artigo "Has Brazil Invented the Future of Money?", no qual descreve o PIX como o "meio caminho" para um sistema de moeda digital do Banco Central (CBDC). Krugman afirma que o Brasil conseguiu criar "um sistema de pagamentos público, universal, gratuito e instantâneo, administrado pelo Estado — algo que os Estados Unidos não conseguiram implementar devido ao poder das instituições financeiras privadas."

Com mais de 90% da população economicamente ativa utilizando o PIX, o país teria realizado — ainda que sem nomear explicitamente — o primeiro passo rumo a uma infraestrutura monetária digital centralizada.

A exposição de Krugman pode nos levar a uma inquietante constatação: o fato de que o Banco Central, órgão regulador do sistema financeiro, tornou-se também operador de um serviço que

regula. Esse duplo papel é o cerne das críticas internacionais — inclusive as de Trump.

Em artigo publicado na Folha de São Paulo (9/9/2025), o professor Jean Paul Veiga da Rocha, da USP, chama atenção para o fenômeno da "encruzilhada monetária das democracias". Segundo ele, o avanço das moedas digitais — sejam descentralizadas, como as criptomoedas, ou centralizadas, como as CBDCs — desafia o equilíbrio entre liberdade individual e poder estatal. De um lado, há o modelo anárquico e volátil das criptomoedas; de outro, o modelo hipercentralizado de uma moeda digital estatal capaz de rastrear, condicionar e programar o uso do dinheiro. A criação do DREX — a versão brasileira da CBDC — representa, portanto, mais do que uma inovação tecnológica: representa um novo tipo de centralização política e econômica, em que o Estado assume o controle direto da circulação financeira dos cidadãos.

Jean Paul alerta que, ao concentrar em uma única autoridade a emissão da moeda e o controle de sua movimentação digital, as democracias precisam discutir limites institucionais, salvaguardas à privacidade e instrumentos de controle democrático. Se o DREX é tecnicamente viável — e parece ser —, o que falta é transparência e debate público sobre seus impactos.

Essa ausência de debate é justamente o ponto onde a crítica de Trump toca uma questão real, ainda que por vias distorcidas. A matéria publicada pelo **Correio Braziliense**, em 18 de julho de 2025, mostra que o governo norte-americano alega que o Brasil "favorece soluções de pagamento desenvolvidas pelo Estado em detrimento de concorrentes privados internacionais".

Embora o contexto político e protecionista da gestão Trump seja evidente, há fundamento econômico: o Banco Central utilizou recursos públicos para criar uma infraestrutura que agora concorre diretamente com empresas privadas, nacionais e estrangeiras, que antes

dominavam o mercado de pagamentos.

Assim, a autoridade reguladora — responsável por garantir neutralidade e equilíbrio — transformou-se em agente econômico dominante, com poder regulatório e tecnológico concentrado. O sucesso do PIX, embora inegável, cria uma zona cinzenta institucional, na qual o Estado concorre com os próprios agentes que supervisiona.

O Banco Central do Brasil é reconhecido por sua competência técnica e estabilidade. Porém, ao mesmo tempo em que regula os sistemas de pagamento, ele agora opera diretamente o mais popular deles. Num cenário em que o DREX avança, o alerta é claro: quem controla o código controla o dinheiro — e quem controla o dinheiro controla boa parte da economia e das relações sociais.

Do ponto de vista da concorrência internacional, o PIX é gratuito ao usuário, mas financiado com recursos públicos. Essa estrutura altera a lógica de mercado e limita o espaço de atuação de empresas que dependem de modelos privados de cobrança. Em outros países, o domínio de uma instituição sobre toda a infraestrutura de pagamentos seria visto como um caso de regulação antitruste; no Brasil, é o próprio regulador que ocupa essa posição.

Isso não significa que o PIX deva ser questionado enquanto política pública. Ao contrário: é uma das mais importantes inovações financeiras do mundo recente, promovendo inclusão, eficiência e segurança. Mas o debate que o acompanha precisa ser mais honesto e transparente: qual é o papel do Banco Central em um ambiente digitalizado e até onde vai o seu poder?

O que está em jogo não é apenas a funcionalidade do sistema, mas os limites democráticos da autoridade monetária. O avanço tecnológico redefine fronteiras entre o público e o privado, e quando o Estado passa de guardião da moeda a operador da infraestrutura sobre a qual ela circula, há uma transformação estrutural que exige novos mecanismos de controle e responsabilidade institucional.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@adabr.com.br



E viveram infelizes para sempre

Desde sempre a população foi mantida à margem da história do Brasil. O que sempre prevaleceu foram arranjos do tipo burocráticos ou tecnocráticos, que visavam manter o status quo e a lógica perversa do patrimonialismo. A República, desde a sua instalação, jamais teve a hombridade de legitimar quaisquer dos princípios que justificassem a sua implantação.

A República tem sido deles, ou seja, da minoria que passou a assenhorear-se do Estado. E isso, quer queiramos, quer não, provoca consequências profundas na vida das pessoas, moldando um tipo de nação que sempre tem se colocado à margem, sem participação cívica no que quer que seja e sem, principalmente, soberania popular e, por tabela, sem promoção da justiça.

Há uma tese que atravessa gerações e sobrevive aos discursos oficiais: o empobrecimento do brasileiro não é um acidente histórico, mas um projeto político cuidadosamente mantido. Desde o golpe palaciano, que instituiu a República, em 1889, o Brasil vem sendo moldado segundo interesses que, sob o disfarce da modernização, nunca se preocupou em construir uma nação democrática, participativa e socialmente justa.

O povo, esse "amontoado de ninguém" ausente da história, sempre foi convocado apenas na hora de legitimar o poder de outros, como eleitor, massa de manobra ou plateia silenciosa. A chamada "Proclamação da República" foi, na verdade, um rearranjo de forças entre militares e civis que desejavam romper com o Império não para libertar o país, mas para apropriar-se do Estado. A promessa de um novo tempo não passou de um slogan. Uma narrativa que serviu para mascarar a tomada de poder por uma minoria burocrática e tecnocrática.

A República Nova, que seguiu velha, ou mesmo a "Nova República", após 1988, manteve o mesmo vício de origem: a exclusão popular como fundamento de governo. Desde então, o Brasil vive sob o império de um patrimonialismo refinado, em que o público é tratado como propriedade privada e o Estado serve de abrigo para corporações, grupos de interesse e oligarquias regionais. A cidadania, neste modelo, é um adereço retórico. Os governos mudam, as ideologias se alternam, mas o cidadão permanece à margem sem voz, sem poder e, sobretudo, sem acesso real aos bens e serviços que lhe garantiriam autonomia.

Nesse contexto, o empobrecimento não é mero resultado de crises econômicas ou má gestão. É uma política de controle social. O cidadão, economicamente frágil, depende do Estado para sobreviver e, portanto, torna-se mais suscetível à manipulação política. Programas sociais, em vez de instrumentos de emancipação, são convertidos em cabrestos modernos. Benefícios que deveriam ser degraus para a independência transformam-se em armadilhas que perpetuam a dependência. O assistencialismo, quando mal conduzido, substitui a cidadania por clientelismo e desmobiliza a consciência crítica. As finanças públicas descontroladas não são apenas incompetência, mas parte do mecanismo de perpetuação da pobreza.

O déficit fiscal crônico serve de pretexto para cortes sociais, arrocho salarial e dependência internacional. Ao mesmo tempo, a elite econômica, sempre bem instalada, acumula lucros recordes em setores protegidos pelo Estado, bancos, empreiteiras, mineradoras, agronegócio exportador.

Uma sociedade profundamente desigual, em que a riqueza se concentra no topo, enquanto o restante da população disputa migalhas, é o resultado. As reformas, que prometem eficiência, acabam por fortalecer o controle de poucos sobre muitos. A lógica é simples: quanto mais pobre o indivíduo, mais fácil controlar o país.

O empobrecimento coletivo também é cultural. Uma população sem acesso à educação de qualidade, à informação livre e à consciência crítica dificilmente compreenderá o alcance de sua força política. O desmonte sistemático da educação pública, a precarização das universidades e o abandono da cultura são faces do mesmo objetivo: manter o cidadão em condição de servidão intelectual.

Em vez de garantir igualdade, o Estado brasileiro tornou-se uma máquina de perpetuar privilégios. A política fiscal regressiva, o sistema tributário injusto e a burocracia que sufoca pequenos empreendedores são exemplos claros de um modelo desenhado para concentrar renda e poder. Enquanto o trabalhador paga impostos em cascata sobre o consumo, os grandes capitais se beneficiam de brechas legais e generosos incentivos.

A verdadeira soberania popular, aquela que nasce da autonomia econômica e da consciência política, permanece interdita. O Brasil precisa enfrentar esse paradoxo histórico: só haverá República, de fato, quando houver povo de verdade. E só haverá povo de verdade quando o Estado deixar de ser o instrumento dos poucos para tornar-se o espaço de todos. Até lá, continuaremos sob a mesma bandeira de sempre verde, amarela e profundamente desigual.

» A frase que foi pronunciada

"A ignorância é uma estratégia política, não um fracasso do sistema, mas seu propósito."

Darcy Ribeiro

» História de Brasília

Corre à boca miúda na cidade, que a Comissão de Inquérito da Novacap não apurará nada contra ninguém. Nos primeiros dias de trabalho, um jornalista carioca procurou atingir a honorabilidade dos seus membros, ressaltando apenas o dr. Bessa. (Publicada em 10/5/1962)